

Comunicação Interna nº 6/2015/GGES
Documento nº: 00000.013604/2015-19

Em 16 de março de 2015.

Ao Senhor Superintendente de Apoio ao SINGREH
Assunto: Relatório sobre a execução orçamentária à CTCOB/CNRH.
Referência: 02501.000116/2014

1. Encaminho em anexo relatório da execução orçamentária dos recursos da ANA visando atender à solicitação da CTCOB/CNRH.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
BRUNO PAGNOCCHESCHI
GERENTE GERAL DE ESTRATÉGIA



Síntese da Atuação da ANA no exercício 2014

Brasília, fevereiro de 2015

Apresentação

O presente documento reúne informações sobre as atividades desenvolvidas em 2014 pela Agência Nacional de Águas, bem como as prioridades para 2015.

O texto é focado nas entregas da Agência, embora haja destaques para atividades que significaram o alcance de novos patamares de atuação da instituição. Encontra-se dividido em tipologia de ações, abordando a articulação federativa, de cooperação interministerial, de cooperação internacional, de estudos e projetos, de fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e de modernização da rede hidrometeorológica.

Ao final, apresenta uma análise quantitativa dos investimentos realizados vis a vis as prioridades estabelecidas pela Resolução nº 135/2011 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH.

Cooperação Federativa

A cooperação federativa ganhou grande impulso a partir da avaliação consensual da atual diretoria da ANA de que só será possível implementar efetivamente o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH por meio do fortalecimento dos órgãos gestores de água nos estados. Há grande desnível entre estados, e o objetivo dessa cooperação é estabelecer e manter um padrão mínimo de qualidade, evitando os altos e baixos que têm caracterizado as gestões estaduais.

Pacto Nacional pela Gestão das Águas.

O “Pacto Nacional pela Gestão das Águas” tem por objetivo a construção de compromissos entre os entes federados, visando à superação de desafios comuns e à promoção do uso múltiplo e sustentável dos recursos hídricos, sobretudo em bacias compartilhadas. Esse objetivo maior desdobra-se em outros dois mais específicos, quais sejam: a promoção da efetiva articulação entre os processos de gestão das águas e de regulação dos seus usos, conduzidos nas esferas nacional e estadual; e o fortalecimento do modelo brasileiro de governança das águas, integrado, descentralizado e participativo.

A proposta do Pacto é pautada pelas seguintes premissas: a) Fortalecimento dos SEGREHs: A almejada integração do SINGREH e dos SEGREHs pressupõe que esses últimos estejam plenamente estruturados e munidos dos instrumentos e recursos necessários ao desenvolvimento de suas competências. Dessa forma, entende-se que as ações de fortalecimento do SEGREHs deverão ser tratadas de forma prioritária pelo Pacto. b) compromissos em torno de metas: A efetividade dos compromissos pactuados entre as partes dependerá, em boa medida, da clara definição dos objetivos a serem atingidos e, não menos importante, da possibilidade de sua averiguação ao longo do tempo. Para tanto, torna-se essencial traduzi-los em metas (intermediárias e finais), definindo-se os respectivos responsáveis, escopo (condições de sucesso) e

prazos. c) Metas associadas à visão de futuro (prognóstico): Não há o que se falar sobre integração ou cooperação federativa, sem que haja visão de futuro sobre os desafios a serem enfrentados. É a partir dos elementos desse prognóstico que se poderão definir as metas de desenvolvimento institucional e de controle de aspectos de qualidade e quantidade de água. d) Desenvolvimento institucional a partir das aspirações dos estados: Não é possível, nem desejável, que se imponham metas de desenvolvimento institucional aos estados. As Unidades da Federação gozam de plena autonomia para a definirem as estruturas institucionais que melhor atendem a sua realidade, cabendo-lhes, portanto, a definição das metas de desenvolvimento institucional em seu âmbito de atuação. e) Metas de controle definidas de forma consensual: A União e os estados brasileiros exercem função de regulação do uso da água em seus respectivos domínios e detêm competências comuns relativas à proteção do meio ambiente e combate à poluição hídrica. Dessa forma, as metas de controle quali-quantitativo dos recursos hídricos compartilhados, diferentemente das metas institucionais, exigirá um processo de negociação e a construção de consenso entre os entes federados.

Todas as unidades da Federação aderiram ao PROGESTÃO que é o programa por meio do qual se destina recursos financeiros para que os órgãos gestores dos estados possam cumprir metas pactuadas de melhoria da gestão de recursos hídricos em seus territórios, respeitadas as especificidades e peculiaridades dos estados. Foram repassados aproximadamente R\$ 15 milhões pelo alcance das metas pactuadas.

Salas de Situação.

As Salas de Situação funcionam como centros de gestão de situações críticas e subsidiam a tomada de decisões das ANA, por parte de sua Diretoria Colegiada, em especial, nas operações de curto prazo de reservatórios, por meio do acompanhamento das condições hidrológicas dos principais sistemas hídricos nacionais de forma a identificar possíveis ocorrências de eventos críticos, permitindo a adoção antecipada de medidas mitigadoras com o objetivo de minimizar os efeitos de secas e inundações.

Foram implantadas, em 2014, salas de situação em todos os estados federados, dotadas de equipamentos e sistemas de última geração, com os respectivos programas de treinamento e capacitação, que permitirão um monitoramento adequado do acervo de recursos hídricos no âmbito de cada estado.

Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade da Água.

Encontra-se em implementação uma rede nacional de monitoramento da qualidade das águas, envolvendo todo o país, a partir de estudos realizados em articulação com as unidades federadas, observadas as prioridades regionais/estaduais. Essa rede compreende duas vertentes: **a aquisição de equipamentos de monitoramento e de logística operacional, iniciativa cuja primeira fase já foi concluída; e apoio à operação e manutenção dessa rede, que se encontra em implementação com a criação do Programa Qualiágua.**

Enfrentamento da Seca.

Atividades desencadeadas em articulação com os órgãos gestores dos estados atingidos pelo período de estiagem prolongado que se observa no país, visando minimizar os efeitos negativos desse cenário. Deve-se ressaltar que também os setores usuários participam das articulações voltadas ao enfrentamento da seca prolongada, oferecendo alternativas de superação das restrições que se fazem necessárias. Foi instalado um Comitê de Crise envolvendo a ANA e os órgãos regionais e gestores dos estados atingidos pela seca.

Grupo Técnico de Assessoramento para Gestão do Sistema Cantareira (GTAG-Cantareira).

Trata-se de um grupo técnico composto pela Agência Nacional de Águas (ANA), Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), Sabesp, do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Comitê PCJ) e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT), instituído para realizar o acompanhamento diário dos dados referentes aos reservatórios e estruturas componentes do Sistema Cantareira, expedindo relatórios semanais sobre a situação de armazenamento dos reservatórios e recomendando as vazões médias a serem praticadas. O GTAG-Cantareira vem oferecendo condições para que as decisões operacionais daquele sistema observem os diferentes interesses e compromissos dos entes públicos e privados envolvidos. Deve-se ressaltar que, em razão da criticidade climática que se observa na região, o processo de renovação da outorga das estruturas do sistema, iniciado em setembro de 2013, foi adiado para outubro de 2015.

Cooperação Interministerial

No âmbito da cooperação interministerial, merece destaque o Programa INTERÁGUAS, o Programa de Hidrologia Espacial e as ações conjuntas com o Setor Elétrico, em especial com o Operador Nacional do Sistema Elétrico. A seguir algumas detalhas dessas iniciativas:

Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS.

Trata-se de operação de empréstimo contratada com o Banco Mundial com o objetivo contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do País. Ministérios envolvidos: Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente (ANA e SRHU), Ministério da Integração Nacional; Acordo de financiamento do Banco Mundial no valor US\$ 107,3 milhões e contrapartida nacional de US\$ 35,8 milhões, a serem investidos no prazo de 5 anos.

Articulação com o Setor Elétrico.

Trata-se especificamente do fortalecimento da articulação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com vistas à regulação de diversos reservatórios, a exemplo de Sobradinho, Xingó, Itaparica, Três Marias, Ilha Solteira, reservatórios do Paraíba do sul, Furnas, entre outros, incluindo a definição de regras de operação e de marcos regulatórios/restrições.

Outras Iniciativas.

Além dessas iniciativas, inúmeras outras encontram-se em curso, em geral decorrentes dos planos estudos e programas desenvolvidos pela ANA que têm como objeto temáticas integradoras. Podem-se citar exemplos iniciativas derivadas de estudos como os atlas de abastecimento de água, de despoluição de bacias e de vulnerabilidade a eventos extremos, os programas de despoluição e produtor de água e os acordos de cooperação estabelecidos com a SAE/PR, com o MAPA, com a CNA, CNI, entre outros.

Cooperação internacional

A agenda internacional da ANA vem crescendo em atividades e importância desde sua

instalação, em 2001. No entanto, ganhou maior densidade nos últimos anos, com o incremento das atividades no âmbito da cooperação com os países membros da Conferência Ibero-Americana de Dirigentes de Água – CODIA, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, com a agenda de cooperação prestada pelo Brasil, sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação, com organizações multilaterais e com o Conselho Mundial da Água. Listam-se a seguir algumas iniciativas dignas de destaque:

Conselho Mundial da Água. A partir da exitosa participação brasileira no 6º. Fórum Mundial da Água, em março de 2012 em Marselha, teve início um processo de articulação que tornou vitoriosa a proposição do Brasil, e de Brasília, para sediar o 8º Fórum em 2018.

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA. Destaque para o projeto de apoio cooperação em capacitação nos países amazônicos.

Comunidade de Países da Língua Portuguesa –CPLP. Destaque para a doação de cerca de US\$ 500 mil em cooperação com países da CPLP, através da Agência Brasileira de Cooperação - ABC.

Conferência Ibero Americana de Dirigentes da Água – CODIA. Destaques para a realização de reunião em Foz do Iguaçu, em 2012, o copatrocinio da reunião realizada em Mérida, Espanha, em 2013 e copatrocinio da reunião que se realizará no Panamá 2014, além de financiamento e apoio à realização de inúmeros cursos de capacitação.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Projeto de cooperação em desenvolvimento, voltado ao aperfeiçoamento da gestão da água no Brasil, com foco nas questões alocativas e de governança.

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA. Destaque para a assinatura do Memorando de Entendimento ANA-PNUMA que estabelece a ANA como centro regional para a América Latina e países de língua oficial portuguesa no âmbito do Programa Global de Monitoramento da Qualidade da Água.

United States Corp of Engineers – USACE. Destaque para o projeto de cooperação voltado à capacitação de servidores em eventos hidrológicos críticos e em segurança de barragens.

Apoio a ações do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, por meio da Agência Brasileira de Cooperação – ABC. Destaque para a participação de missões de apoio a países da América Central, Ásia Central e África.

Cooperação Bilateral. Destaque para a realização de ações de cooperação em países da América do Sul, em especial Peru, Colômbia, Bolívia e Uruguai envolvendo intercâmbio técnico e capacitação nas áreas de sistemas de informação e de hidrologia.

Estudos e Projetos

No período de que trata o presente documento, a ANA deu continuidade às atividades de elaboração de estudos e projetos de questões relacionadas à água, com os seguintes destaques:

Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil.

Publicação anual que tem como objetivo o acompanhamento sistemático e periódico da condição dos recursos hídricos e de sua gestão, bem como para a identificação dos resultados da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos no Brasil.

Panorama da Qualidade das Águas Superficiais do Brasil.

Realizado em 2012, o estudo foi lançado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20. Apresenta um diagnóstico nacional da qualidade das águas superficiais das 12 regiões hidrográficas brasileiras.

Atlas de Vulnerabilidade à Inundações.

Publicado em 2013 o estudo tem o objetivo de identificar as áreas inundáveis dos rios brasileiros e definir sua vulnerabilidade em função da estimativa da frequência das ocorrências de inundações e do grau dos impactos. O estudo contribuirá para a alocação racional de recursos públicos, servindo de guia para a implementação de políticas públicas de prevenção e mitigação de eventos críticos e o planejamento de infraestrutura e de medidas não estruturais.

Plano Nacional de Segurança Hídrica.

Iniciado em 2014 o estudo visa estabelecer critérios de seleção e detalhamento de intervenções estratégicas e estruturantes do País, a exemplo de barragens, sistemas adutores, canais e eixos de integração etc. de relevância regional, necessárias para garantir a oferta de água para o abastecimento humano e para o uso em atividades produtivas e para reduzir os riscos associados a eventos críticos (secas e cheias).

Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas: Tratamento de Esgotos Urbanos.

Iniciado em 2014, o estudo visa realizar um diagnóstico da situação dos níveis de cobertura por rede de coleta e tratamento de esgotos sanitários nas 5570 sedes municipais brasileiras e o impacto dos lançamentos desses esgotos, tratados ou *in natura*, na qualidade da água dos respectivos corpos receptores.

Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES.

O programa, criado em 2001, tem o objetivo de incentivar a implantação ou ampliação de estações de tratamento para reduzir os níveis de poluição em bacias hidrográficas. Atualmente a carteira tem mais de 80 projetos em andamento.

Programa Produtor de Água.

Tem como foco o estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), voltada à proteção dos recursos hídricos no Brasil. O programa apoia, orienta e certifica projetos que visem à redução da erosão e do assoreamento de mananciais no meio rural, propiciando a melhoria da qualidade, a ampliação e a regularização da oferta de água. De 2012 até o presente foram recuperados e conservados um total de 6.204 ha de solos, matas ciliares e áreas de nascentes. O programa faz chamamento público anual e investiu em 2014 aproximadamente R\$ 15 milhões.

Resolução Nº. 03 ANA/ANEEL.

Implementação desta resolução que estabelece as condições e os procedimentos a serem observados pelos concessionários e autorizados de geração de energia hidrelétrica para a instalação, operação e manutenção de estações hidrométricas visando ao monitoramento pluviométrico, limnimétrico, fluviométrico, sedimentométrico e de qualidade da água associado a aproveitamentos hidrelétricos.

ODS/Água.

Suporte ao processo de discussão e definição de indicadores e metas para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS na temática da água, no âmbito das iniciativas

Pós-2015 deflagradas pela ONU em 2012.

Planos de Bacias.

Realização dos Planos de Recursos Hídricos: Bacia Amazônica – Afluentes da Margem Direita, em 2011, Paranaíba em 2013, Piranhas-Açu em 2014, e Paranapanema, em execução. Prevista a contratação do Plano da bacia do rio Grande, Paraguai e Paranapanema para 2015.

Plano Nacional de Adaptação às Mudanças do Clima - PNAMC.

Elaboração de subsídios ao PNAMC no que se refere aos recursos hídricos. O trabalho encontra-se em finalização, devendo ser colocado em consulta pública ainda no primeiro semestre de 2015.

Projeto Monitor da Seca do Nordeste –MSNE.

Apoio ao desenvolvimento de uma ferramenta que visa estruturar um plano de preparação de ações mitigadoras dos efeitos das estiagens do Nordeste brasileiro para, futuramente, estruturar uma política nacional de previsão de estiagens para o país, com as respectivas diretrizes de mitigação.

Monitoramento de Açudes e Reservatórios do Nordeste Brasileiro.

Estudo em desenvolvimento em parceria com estados do Nordeste, de 498 reservatórios de água da região.

Fortalecimento da Outorga.

Estudos em realização para o fortalecimento e eventual revisão de procedimentos para outorga de direitos de uso de recursos hídricos, incluindo, quando possível, processos de automação para a regularização de mais de 10.000 usuários de recursos hídricos em todo o país.

Impactos das Mudanças do Clima sobre os Recursos Hídricos.

Estudos em realização pela Universidade Federal do Ceará e pela FUNCEME para a estimativa dos impactos esperados das mudanças do clima nas bacias dos Rios São Francisco e Piranhas-Açu. Esses estudos servirão de subsídios à revisão do Plano Decenal de Recursos Hídricos da bacia do Rio São Francisco, ora em processo licitatório pela Agência Peixe Vivo.

Segurança de Barragens.

Estruturação do Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens, iniciados em 2014, com previsão de término em 2015. Ressalte-se que os referidos estudos tiveram por base o Relatório de Segurança de Barragens realizado em 2011.

Fortalecimento do SINGREH

As ações de fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos permeiam a totalidade das ações da ANA. Em maior ou menor grau, todas as atividades em desenvolvimento na Agência guardam alguma relação e trazem algum benefício aos entes do SINGREH. Isso se observa no conjunto das ações da agenda de cooperação federativa, na agenda de cooperação internacional, na agenda de cooperação interministerial e na agenda de

estudos e projetos. Não obstante, elenca-se, a seguir, algumas dotadas de grande especificidade e que têm despertado interesse diferenciado entre os entes do Sistema.

Ações de Capacitação.

Destaque para a capacitação de mais de 25.000 pessoas entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação membros do SINGREH

Apoio a Comitês.

Apoio institucional e financeiro aos comitês dos rios São Francisco, Doce, Paranaíba, Paraíba do Sul, Piranhas-Açu.

Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH.

O objetivo do desenvolvimento e implantação do CNARH é a integração das bases de dados dos sistemas estaduais de cadastro de usuários de recursos hídricos em um único sistema. As atividades de implantação envolvem a capacitação de centenas técnicos de 22 Estados federados.

Delegação de Competência.

Continuação dos estudos relativos à definição de condições para delegação de outorga da ANA aos Estados.

Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos.

Realização de estudos e processos de articulação para a implementação da cobrança nas bacias dos rios Verde Grande e Paranapanema. Encontra-se ainda em fase final de elaboração estudo para implementar a cobrança na bacia do rio Grande. A implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do rio Paranaíba encontra-se em processo de implementação e seu andamento depende da deliberação dos respectivos Comitês. Destaca-se, ainda, a implementação da cobrança na Bacia rio Doce, a partir de novembro de 2011.

Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH.

Aperfeiçoamento do Portal do SNIRH que dá acesso aos dados armazenados no Sistema de Monitoramento Hidrológico/Telemetria, ao Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos, a mapas e referências diversas no campo das outorgas, do domínio de cursos d'água, do abastecimento urbano de água, entre outras.

Protocolos de Compromisso.

Processo pactuado de protocolos articulados no âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, visando sanar irregularidades relacionadas a lançamento de esgotos domésticos, sem a devida outorga.

Modernização da Rede Hidrometeorológica Nacional

A Agência Nacional de Águas (ANA), responsável pela coordenação da operação de cerca de 4.500 estações hidrometeorológicas, tem investido na modernização tecnológica da estrutura operacional da RHN. Estão sendo ampliados os equipamentos de hidrometria dotados de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados, que auxiliam no aperfeiçoamento dos processos de coleta, tratamento e disponibilização de dados. Prevê-se que, até 2015, cerca de 1.500 das

estações hidrométricas da RHN sejam automáticas. Em 2014, foram modernizadas 170 estações da RHN, totalizando 1175 estações modernizadas desde 2010.

Agência Nacional de Águas - ANA								
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO 2014								
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA FONTE 183 - PAGAMENTO PELO DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS (R\$)								
Distribuição por Área		EXERCÍCIO: 2014				Prioridades CNRH Resolução 135/2011 Plano Nacional de Recursos Hídricos		
		LOA	%	EMPENHO	PAGO			
		(R\$)	(b)	(R\$)	(R\$)			
DESPESAS DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO – 7,5%		17.825.392	7,75%	17.601.080	15.571.189			
SAF	2000 - Administração da Unidade	17.825.392	7,75%	17.601.080	15.571.189			
DEMAIS DESPESAS – 92,5% (Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos)		212.249.290	92,25%	197.248.642	78.025.491			
SAF	12DS - Construção de Prédio anexo ao Bloco M da ANA	4.000.000	1,74%	4.000.000	-	Programa	Sub-Programa	Ações Prioritárias 2012-2015
HIDROLOGIA		62.874.188	27,33%	58.659.528	27.878.115			
SGH	1184 - Modernização da Rede Hidrometeorológica	21.983.000	9,55%	20.872.794	137.997	III	III.2 e III.3	3
	2378 - Operação da Rede Hidrometeorológica	36.251.188	15,76%	33.651.578	24.016.275	III	III.2 e III.3	3
SUM	6251 - Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	4.640.000	2,02%	4.135.156	3.723.843	III	III.2 e III.3	3
						VI	VI.1	17
GESTÃO		90.459.227	39,32%	86.383.746	20.802.537			
SAG	4928 - Capacitação para a Gestão de Rec. Hídricos	4.920.000	2,14%	4.866.326	3.540.049	II	II.1 e II.2	1
	4980 - Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Ag. em BH	18.175.000	7,90%	17.009.081	11.588.223	IV	IV.2	15
SIP	124A - Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais	5.460.739	2,37%	4.620.997	326.402	II	II.1 e II.2	1
	2905 - Remoção de Cargas Poluidoras de B. Hidrográficas - PRODES	36.402.808	15,82%	36.402.808	-	III	III.2 e III.3	3
	20MO - Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	4.206.703	1,83%	2.835.764	1.665.268	III	III.6	6
	2D06 - INTERÁGUAS	6.012.500	2,61%	6.012.500	2.346.221	VI	VI.4	19
	4929 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	15.281.477	6,64%	14.636.270	1.336.374	III	III.2 e III.3	3
PLANEJAMENTO		39.403.800	17,13%	33.871.889	19.829.266	II	II.4	10
SGI	20MN - Gerenciamento do Sist. Nac. de Inf. sobre Rec. Hídricos - SNIRH	32.829.703	14,27%	28.556.364	17.679.418	VI	VI.5	18 e 19
SPR	4925 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	6.574.097	.	5.315.525	2.149.848			
						III	III.8	4
						III	III.5	5
						III	III.4	7
						III	III.7	8
V	V.1	20						
V	V.2	21						
REGULAÇÃO		6.708.435	2,92%	5.810.019	2.684.383			
SFI	2977 - Fiscalização do Uso de Rec. Hídricos e da Seg. de Barragens	3.322.443	1,44%	2.795.752	1.576.457	III	III.5	9
	4936 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	260.000	0,11%	125.048	116.945	III	III.1	2
SRE	4926 - Regulação dos Usos de Rec. Hídr., dos Serv. de Irrigação e Adução de Água Bruta e Seg. de Barragens	3.125.992	1,36%	2.889.219	990.981	III	III.4	7
ARTICULAÇÃO E COMUNICAÇÃO		8.803.640	3,83%	8.523.460	6.831.190			
CAC	000H - Apoio a Projetos de Intercâmbio Internacional de Experiências para a Conservação de Recursos Hídricos	8.803.640	3,83%	8.523.460	6.831.190	IV	IV.2 e IV.3	
TOTAL GERAL		230.074.682	100,00%	214.849.722	93.596.680			